

Ainda há pouco espaço para crescer

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) poderá abrir, a médio prazo, o caminho da recuperação econômica do Brasil, mas o cenário, no primeiro semestre, provavelmente ainda será de baixa atividade e alto desemprego. Com base nos dados disponíveis até agora, não há como sustentar maior otimismo.

A produção industrial só deverá crescer a partir de maio, segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), subordinado ao Ministério da Economia. Nos 12 meses terminados em junho, o produto da indústria deverá ter sido apenas 0,7% maior que a dos 12 meses precedentes.

No primeiro trimestre os números poderão ser mais altos, mas os fatos não deverão ser muito diferentes dos atuais. A variação acumulada em 12 meses, até o final de março, poderá chegar a 5,6%, mas o avanço será meramente estatístico: a base de comparação será um período de atividade excepcionalmente baixa, o intervalo de abril de 1990 a março de 1991.

Não há, portanto, expectativa de uma economia mais dinâmica pelo menos até onde as previsões podem ser

formuladas com alguma segurança.

O principal fator de animação, nos próximos meses, deverá ser a comercialização da nova safra, especialmente a partir da segunda quinzena de março.

Mas ainda não há como prever quanto de sua receita os agricultores gastarão e quanto desse gasto será destinado ao consumo. A taxa de juros provavelmente influenciará essas decisões.

Se o dinheiro estiver muito caro — e essa é a maior possibilidade —, o consumo será moderado. Os agricultores preferirão, nesse caso, aplicar seu dinheiro em papéis ou na compra antecipada de insumos para o plantio seguinte, ou, ainda, talvez combinem a poupança financeira com alguma aplicação em defensivos, adubos e outros meios produtivos.

Se essa for a utilização do dinheiro, o efeito imediato sobre a atividade econômica será menor, a curtíssimo prazo, do que se uma parcela maior dos recursos for destinada a bens de consumo.

Recursos mais baratos poderão ser obtidos no Exterior, mediante empréstimos, captação de investimentos di-

retos e/ou exportações. Os empresários provavelmente recorrerão aos três canais para diminuir seu custo de capital. Uma taxa de câmbio realista — a atual parece bastante satisfatória — poderá estimular os exportadores e dar tranquilidade a quem necessitar de empréstimos estrangeiros.

As três formas de financiamento poderão fortalecer as empresas, contribuindo, a curto prazo, pelo menos para a proteção de certo número de empregos e, portanto, de certo nível mínimo de consumo.

Do lado dos gastos federais não há muito que esperar. Em 1992, o principal objetivo da política financeira continuará a ser, para o governo federal, a busca do equilíbrio e, se possível, de algum superávit nas contas públicas.

A rolagem das dívidas de Estados e municípios poderá deixar margem para maiores gastos, previsíveis num ano de eleições. Mas será importante manter sob controle o endividamento estadual e municipal, ou o esforço de ajuste será comprometido e, com ele, as oportunidades abertas pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional serão perdidas.